

REDE EQUIDADE
(Acordo de Cooperação Técnica nº 2021/0235)
2ª Reunião do Comitê Coordenador
2026

Data: 12/02/2026 (quinta-feira)

Horário: 15:00 – 17:00

Local/ferramenta: Videoconferência Plataforma Microsoft Teams

1. PAUTA

Nº	Descrição
1	Aprovação de pedido de adesão: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Câmara Municipal de Colombo/PR e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP);
2	Aprovação do calendário anual de reuniões da Rede;
3	Aprovação do calendário das oficinas para elaboração do novo plano de ação;
4	Aprovação de calendário de reuniões para apresentação e debates sobre temas de IDE;
5	Aprovação das ações concluídas do Plano de Ação 2024-2026;
6	Atualização das pendências do atual Plano de Ação;
7	Planejamento de ações para o Março Mulheres: proposta da coordenadoria-geral;
8	Eleição da vice coordenadoria-geral da Rede Equidade;
9	Informes gerais.

2. PARTICIPANTES

Nº	Instituição	Nome
1	Coordenadoria – Geral Senado Federal	Maria Terezinha Nunes Lui Teixeira Oliveira Edie Paulo Assis P. Alves Gabriela Rodrigues de Moraes Rebeca Maria de Araujo Viana Anna Carolina Bruno dos Santos
2	Advocacia-Geral da União – AGU	Alessandra Matos de Araujo
3	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Dorenice de Fátima Abranches Paloma Campos do Nascimento
4	Câmara dos Deputados – CD	Clarissa Tolentino Ribeiro
5	Comissão de Valores Mobiliários – CVM	Patrícia Tesch de Abreu Érika Fernanda Simão Lyra
6	Conselho da Justiça Federal – CJF	Érico Alessandro Fagundes Mariana Albuquerque de Andrade

7	Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI	Danielle Carvalho Assunção
8	Controladoria-Geral da União - CGU	Keyla Andrea Santiago Oliveira
9	Empresa Brasil de Comunicação – EBC	Ábiner Augusto Mendes Jane Aurelina Temoteo
10	Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	Iara Cristina da Silva Alves
11	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Jacqueline Clara Queiroz
12	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	Ana Paula Lacerda Homem
13	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR	Simone Leite de Noronha
14	Ministério de Minas e Energia – MME	Márcia Alves de Figueiredo
15	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS	Suely de Oliveira Jéssica Leite Silva
16	Ministério Público do Trabalho – MPT	Lydiane Machado e Silva
17	Ministério do Esporte - MESP	Margareth Raquel
18	Superior Tribunal Federal – STF	Leila Correia Mascarenhas Franciele Pereira
19	Superior Tribunal de Justiça – STJ	Karla Bezerra Correia Tatiana Aparecida Estanislau
20	Superior Tribunal Militar - STM	Ana Paula Bomfim
21	Secretária Especial da Receita Federal do Brasil - RFB	Sandra Aparecida Magnavita Castro Sandra Aparecida de Souza Pereira
22	Tribunal de Contas da União – TCU	Marcela de Oliveira Timóteo
23	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT	Andreia Oliveira de Siqueira Clara Coelho Barradas
24	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – TRT13	Jamilly Rodrigues Cunha
25	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP	Regina Rufino
26	Tribunal Superior Eleitoral – TSE	Samara Carvalho Santos
27	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	Helyna Dewes

2. ASSUNTOS TRATADOS

No dia 12 de fevereiro de 2026, às 15h, teve início a segunda reunião virtual do Comitê Coordenador da Rede Equidade do ano de 2026, contando com as presenças acima nominadas. A coordenadora da Rede Equidade, Maria Terezinha, saudou a plenária e deu as boas-vindas às novas representantes que chegaram à Rede. Após os cumprimentos e apresentações, passou-se à discussão do **Item 01. Aprovação de pedido de adesão: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Câmara Municipal de Colombo/PR e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)**. Inicialmente, a coordenadora ressaltou a importância da votação em plenária para a adesão dos órgãos mencionados, em cumprimento ao Acordo de Cooperação; após manifestação, as adesões foram aprovadas. **Item 02. Aprovação do calendário anual de reuniões da Rede**. Para a definição do calendário, a coordenadora ressaltou a importância de se estabelecer um dia específico no mês para as reuniões, lembrando que não há encontros nos meses de janeiro, julho e dezembro, sendo este último destinado à realização do seminário da Rede e da assembleia. Discorreu sobre esses dois importantes eventos da Rede; quanto ao seminário, especialmente quanto à importância de não restringir sua realização exclusivamente a Brasília, Jamilly Cunha, do TRT 13ª Região – PB, informou, com pesar, que, em razão de cortes orçamentários, foi necessário retirar a candidatura para a organização do próximo seminário em sua localidade. Sandra Magnavita informou que levará a demanda à sua instituição, a fim de verificar a possibilidade de sediar o evento. Aberta a discussão, o calendário anual foi aprovado. **Item 03. Aprovação do calendário das oficinas para elaboração do novo plano de ação**. Considerando que o atual Plano de Ação se encerra no final de março, foi informado que os meses de fevereiro e início de março serão destinados à construção coletiva do novo plano de ação, finalização e publicação. Assim, propôs-se a realização de seis oficinas, com reuniões às segundas e sextas-feiras, visando maior agilidade no processo de elaboração, com sugestão de horários pela manhã e à tarde. A coordenadora Maria Terezinha ressaltou a importância da participação ampla dos integrantes da Rede, destacando que quanto maior o envolvimento, melhor será o resultado. Suely de Oliveira alertou para a impossibilidade de participação nos dias 9 e 13 de março, em razão da realização da CSW – Comissão sobre a Situação da Mulher. Márcia Figueiredo, por sua vez, ponderou sobre a dificuldade de participação nas primeiras semanas de março, em virtude das atividades relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, sugerindo o deslocamento das oficinas para o final do mês. Em resposta, Maria Terezinha destacou a dificuldade de mudança do calendário, uma vez que acarretaria atraso no cronograma e na publicação do novo Plano de Ação. Assim, solicitou que, nos casos de impossibilidade de participação, fossem designadas outras pessoas para representar as instituições. Dessa forma, foi aprovado o calendário das oficinas para os dias 23 e 27 de fevereiro e 2, 6, 9 e 13 de março, todas às 15h. **Item 04. Aprovação do calendário de reuniões para apresentação e debates sobre temas de IDE**. A coordenadora informou que este item restou prejudicado, pois será mais detidamente avaliado e aprovado nas oficinas do próximo plano de ação. Pedindo licença para alterar a ordem da pauta, passou para o **Item 08. Eleição da vice-coordenadora-geral da Rede Equidade**. A Coordenadora lembrou que houve mudança no regulamento, que está prestes a sair em publicação. No novo regulamento, aprovado na plenária do dia 05 de fevereiro, o partícipe pode ter um mandato de dois anos, com possibilidade de uma recondução e excepcionalmente um terceiro mandato, caso não haja nenhuma candidatura para assumir a coordenação. Assim, o Senado Federal, na coordenação desde a criação da Rede, se propôs a continuar, mas torna-se necessária a eleição de um titular e de um vice. Sendo assim, a coordenadora abriu espaço para as candidaturas à vice-coordenadora da Rede. Jamilly informou que reportaria a seus superiores sobre o trabalho da vice-coordenadora, assim como Márcia, e solicitou que a decisão não fosse tomada no momento da reunião, uma vez que necessitam de retorno da alta liderança. Marcela de Oliveira, por sua vez, sugeriu que fosse enviado um e-mail para as/os representantes com as atribuições da coordenação e vice coordenação,

mencionando a estrutura do Senado para execução das mesmas e, após diálogo com os superiores, retornariam o convite. A ideia foi bem recebida, ficando definido que as candidaturas ocorrerá após essa providência preliminar. Em seguida, foi iniciado o **Item 05. Aprovação das ações concluídas do Plano de Ação 2024–2026 e Item 06. Atualização das pendências do atual Plano de Ação**. Considerando que, no ano de 2025, durante os meses de setembro, outubro e novembro, foram aprovadas algumas ações, a coordenadora avaliou ser o momento oportuno para validação das pendentes. Iniciando pelo **GT-1**, responsável pelas ações 1.1 e 1.2, Clara Barradas ressaltou o desenvolvimento de uma sistemática em que foram analisadas 82 normativas e iniciativas relevantes, resultando na criação de um leiaute único de monitoramento, com instrumentos organizados por tema, eixo, origem, instituições e relevância para o IDE, restando apenas a finalização do relatório para entrega; quanto ao item 1.2, informou que já há relatório pronto, com base em 13 entrevistas realizadas, contendo a síntese dos principais pontos extraídos em relação ao modelo IDE. Lydiane chamou atenção para a dificuldade de realizar o monitoramento das políticas públicas sem a ajuda de todos os participantes, visto que cada instituição possui formas distintas de publicação e regulamentação; a coordenadora concordou que a atividade foi bastante complexa, mas destacou que a experiência serve de exemplo para o novo Plano de Ação, no qual os comandos deverão estar mais objetivos e bem explicados. As ações 2.1 e 2.2, do **GT-2** encontram-se bem adiantadas, faltando conclusão dos respectivos relatórios. O **GT-3A**, responsável por duas ações, informou que uma já está concluída, restando apenas a realização de uma oficina que não ocorreu em 2025. Contudo, está em fase de conclusão um curso que será proposto à ABEL, o que permitirá o cumprimento parcial da ação, sendo considerado um instrumento valioso para todos e todas. O **GT-3B**, responsável pela ação 3.4, encontra-se adiantado, com eixos e sumário temático já estruturados, carecendo apenas de ajustes e aperfeiçoamentos de edição. O grupo prevê o lançamento do material até o final de fevereiro; Abiner agradece a colaboração de Gabriela Rodrigues que contribuiu na escrita e tomou pra si a revisão, acrescentando, editando ou suprimindo textos para o aperfeiçoamento do glossário. O **GT-4**, responsável pela definição de critérios de diversidade de representantes na composição da Rede, deliberou quatro pontos. A partir disso, Edie elaborou um gráfico sobre cor, raça e etnia das pessoas participantes da Rede. Com base em 62 respostas, os dados apontam que 59,7% se autodeclararam pessoas brancas, 19,4% pardas, 17,7% pretas, 1,6% amarelas e 1,6% indígenas. Também foi levantada a função de cada participante, sendo a maioria suplentes (23), seguidos por titulares (21) e apoio (18). A coordenadora Maria Terezinha informou que, a partir das deliberações do GT, a coordenação passará a adotar as orientações trazidas pelo GT-4, no momento da adesão, observando-se especialmente a composição de gênero, cor e raça na indicação dos representantes. O **GT-5**, responsável pela ação 5.3, tem como objetivo estimular que, no mínimo, 30% das pessoas participantes ofertem vagas nas ações de capacitação nos temas de IDE. A partir da deliberação do GT-5, há sete instituições que ofertaram vagas e contribuem para o cumprimento dessa ação. Assim, como faltam ainda uma instituição para cumprimento da ação, a coordenadora reforça a importância dessa ação. Por fim, o **GT-6**, responsável pela criação de três minivídeos sobre os temas de equidade, diversidade e inclusão, informou que a ação está concluída, compartilhando para a plenária e informando que em breve serão incluídas libras e divulgados no portal da Rede. Passando para o **Item 07. Planejamento de ações para o “Março Mulheres”**: proposta da coordenadoria-geral, a coordenadora-geral apresentou a proposta do GT-3B, que elaborou um catálogo de boas práticas, com sugestão de lançamento no mês de março, por meio da realização de um evento específico, a qual foi aprovada pela plenária. No **Item 09. Informes Gerais**, Marcela de Oliveira convidou a plenária para o evento do TCU, que ocorrerá no dia 11 de março, com o tema “*Todos e todas contra o feminicídio*”, contando com a presença da ministra Cármen Lúcia e de diversas profissionais da área. A Coordenadora informou também sobre o evento EXPO.Gov e sobre a premiação de grande relevância, a qual a Coordenadoria está pensando na inscrição do Modelo IDE e, convidou a todos os partícipes fazerem sua inscrição. Por fim, a coordenadora repassou o convite

do Núcleo de Acessibilidade e Ações Ambientais para contribuir em uma plataforma com eixos de acessibilidade, equidade e meio ambiente. O Comitê contribuirá para que a Rede indique ações e boas práticas que poderão integrar a plataforma, a qual terá grande capilaridade, uma vez que, ao acessar a plataforma, o órgão recebe também a sugestão de promover ações de equidade. Sandra Aparecida acrescentou a informação de que a Receita Federal lançará, no dia 4 de março, o 1º Programa de Mentorias para Mulheres. Após agradecimentos à participação de todas/os e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h00min. Ata redigida por Rebeca Maria de Araujo Viana e Maria Terezinha; após, foi revisada por Maria Terezinha Nunes, do Senado Federal e enviada por e-mail para validação eletrônica das/os presentes.

